

V JOGOS FLORAIS

DO ALGARVE

Mais uma vez o Rascal Clube vai organizar uma competição poética

Alentejo

SEMANÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

(Preço avulso: 6\$00)

N.º 781

ANO XXVII

5/6/1980

Composição e impressão
«GRÁFICA EDITORA»
Av. João Ferreira da Maia, 20
Telef. 92091 RIO MAIOR

DIRECTOR E PROPRIETARIO

José Maria da Piedade Barros

Redacção e Administração

GRÁFICA LOULETANA

Telef. 6 25 36

LOULÉ

PORTE
PAGO

O Algarve anima-se por um lado e desanima-se por outro...



ALBUFEIRA. A VILA BRANCA EM MAR AZUL — SÍMBOLO DO ALGARVE TURÍSTICO

Verão à vista, o Algarve enche-se de visitantes, os hotéis e os complexos turísticos regorgitam de gente de todas as nacionalidades, fazem-se Congressos, promovem-se provas desportivas especiais, os ministros aproveitam os fins-de-semana para reuniões de trabalho, Vilamoura entra nos Jogos sem Fronteiras, contra um cheque de 50 000 contos (não se sabe ainda bem se pago pela CRTA, se pela RTP, todos a queixarem-se da falta de dinheiro, mas ele a correr como as cascatas do Niagara...), Lene Lovich viaja de Cascais com o seu grupo rock para uma semana de férias tranquilas nas nossas praias, a imprensa de Lisboa é inundada com anúncios de ofertas de apartamentos e de férias, mas sem preços marcados, enfim, o rosto da nossa província resplandece de animação e de vida...

Mas, por detrás deste Algarve...

(continua na pág. 3)

por VITORIANO ROSA

I CONGRESSO NACIONAL SOBRE O ALGARVE Turismo no Algarve — QUE FUTURO?

O Turismo é considerado por muitos especialistas como um dos fenómenos económicos mais significativos do Século XX. Iniciado em meados do século passado, interrompido pelas duas grandes guerras, o turismo adquiriu a partir dos anos 50, um desenvolvimento e uma importância na vida e na economia de muitos povos, que seria difícil de imaginar há mais de 100 anos.

A era dos grandes transatlânticos, das grandes viagens em caminho de ferro, praticamente reduziu-se a partir dos anos 60.

Estamos na era do jacto, na aviação comercial, que foi o factor mais decisivo no extraordinário...

(Continua na pág. 6)

Aviso aos nossos assinantes

Por circunstâncias alheias à nossa vontade, foi com considerável atraso que pusemos à co-brança os recibos referentes ao ano de 1979, pois vinha sendo...

(Continua na pág. 4)

Uma palavra no coração

por
— LUÍS PEREIRA —

Detesto as tabuletas. Os gestos convulsos. As bandeiras loucas. O violento das bocas. As fitas pretas d'aguerra.

Dobram os sinos. Morreu um homem. Não era herói nem santo. Mas morreu numa guerra que não era a dele. E morreu porque a roda da vida nos conduziu à morte. Mas o amigo ficou na dúvida se não foi uma morte...

(continua na pág. 3)

Secretário de Estado do Turismo no Algarve

Em visitas de trabalho, esteve 3 dias no Algarve o Dr. Alberto Regueira (Secretário de Estado do Turismo), que prossegue assim os contactos efectuados com os Municípios e entidades turísticas algarvias, iniciadas há algumas semanas.

Durante esta sua estada entre nós teve reuniões nas Câmaras de Faro, Loulé e Albufeira, com as autarquias locais e empresas turísticas, tendo visitado Quarteira, a Aldeia da

Falésia e Vilamoura e assistido na Marina aos «Jogos sem Fronteiras».

CDS INAUGURA SEDE EM LOULÉ

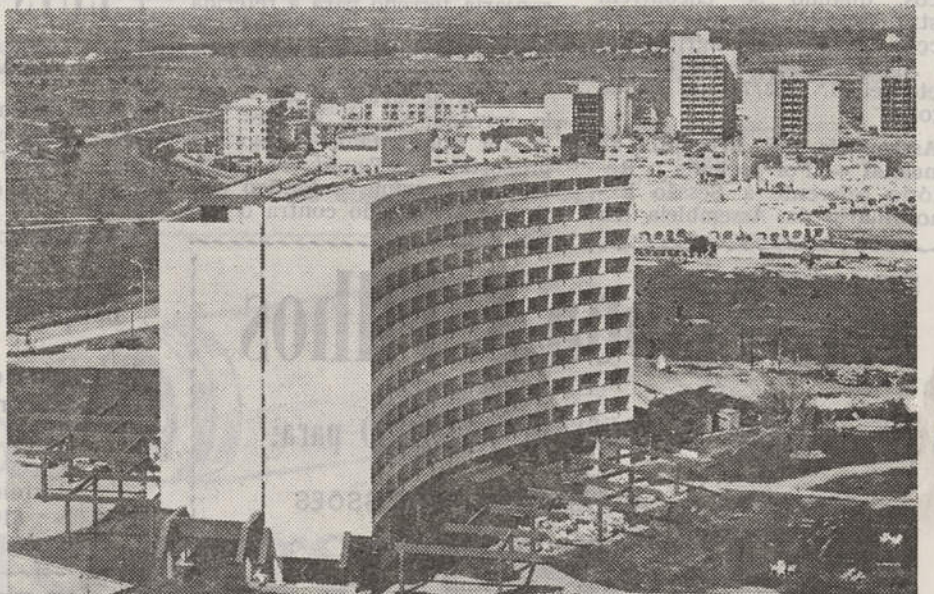
(PÁGINA 5)

ALGARVE FOI TEMA

PORTUGAL JOGOS SEM FRONTEIRAS

a melhor classificação
de sempre nos

O ELEGANTE E FUNCIONAL HOTEL D. PEDRO, EM VILAMOURA, FOI O LOCAL ESCOLHIDO PARA O ENCERRAMENTO DOS JOGOS SEM FRONTEIRAS E RESULTOU NUMA BRILHANTE E ANIMADÍSSIMA FESTA DE CONFRATERNIZAÇÃO ENTRE PARTICIPANTES E CONVIDADOS — COMO O HOTEL D. PEDRO SABE ORGANIZAR.



Apesar do dia chuvoso (que é extremamente raro no mês de Maio) resultou em pleno o grandioso espectáculo dos Jogos sem

Fronteiras, de que a Marina de Vilamoura foi cenário de extraordinária beleza. O Sol acabava...

(continua na pág. 2)

Foram vendidos em leilão os bens de equipamento das oficinas do «Diário do Alentejo»

Em Beja aconteceu o inevitável. Prejuízos calculados em largos milhares de contos provocaram o desmembramento daquele que foi um jornal sério, prestigiado e até temido pelos governos anteriores ao 25 de Abril: o conhecido «Diário do Alentejo». Durante o período «revolucionário» a empresa viveu horas extremamente difíceis. Numerosas greves, reivindicações constantes, lutas permanentes, várias suspensões de publicação do jornal, períodos de encerramento, plenários periódicos, paralizações criminosas, etc., etc., e tudo isto com o apoio dos governos da época, que entregavam avultados sub-

sídios para «pagamento de salários em atraso aos trabalhadores».

De vez em quando o «Diário do Alentejo» era notícia: ou porque voltou a publicar-se, ou porque os trabalhadores estavam de novo em greve, num firme propósito de afundarem a empresa e cumprirem ordens recebidas. Entretanto ia acontecendo o inevitável: os prejuízos acumulavam-se, as dívidas aumentavam, a derrocada era previsível. Estavam por pagar milhares de contos à Previdência, ao Estado outros milhares, a instituições bancárias mais alguns milhares e, por falta de...

(continua na pág. 7)

O ALGARVE

já tem o seu diário

(INTEGRADO NO «CORREIO DA MANHÃ»)

Tendo surgido na imprensa portuguesa como um jornal de espírito inovador e dinâmico, o «Correio da Manhã» depressa cativou a simpatia de milhares de leitores por todo o País, ocupando por isso já um lugar de merecido relevo.

(Continua na pág. 4)

Ginástica feminina em Loulé

(Ler página 4)

ACTIVIDADES CAMARÁRIAS

(Continuação da pág. 1)

reuniões, mas é tão volumoso o material que temos em nosso poder que não nos é possível dar-lhe rápida saída, até porque nem podemos fazer uma cópia integral e nem todos os assuntos versados têm um mínimo de interesse geral.

Pelos motivos atrás expostos é que só hoje damos alguns extractos da reunião camarária de 28 de Fevereiro, omitindo por isso alguns factos já ultrapassados. E assim, começaremos por nos referir ao pedido de autorização para que seja construído na Avenida José da Costa Mealha mais um prédio de gaveto com 10 pisos. A Câmara informou o requerente de que autorizará o pretendido, desde que seja garantido o estacionamento para veículos, na base de um carro por apartamento.

Porto de Pesca de Quarteira — Os srs. Presidente e vereador dr. Mendes Bota fizeram um pormenorizado relato dos contactos havidos em Lisboa, aquando da sua recente deslocação àquela cidade, a fim de tratar de diversos assuntos, de entre os quais se destaca o problema relacionado com a localização do Porto de Pesca de Quarteira, no decorrer dos quais e ouvidas as entidades ligadas a este problema, foi consenso geral das mesmas, que essa localização deveria ser na zona situada imediatamente a poente do antigo Forte Novo. Com esta localização julgam de necessidade urgente, proceder-se a elaboração das necessárias alterações ao Plano Geral de Urbanização de Quarteira.

Planos de Pormenor para Quarteira — Foi deliberado, por unanimidade, abrir concurso limitado a diversos Gabinetes e Urbanistas, para apresentação de propostas para a elaboração de «Planos de Pormenor» das zonas da Avenida de Penetração e Marginal de Quarteira, que não interfiram com a zona de localização prevista para o Porto de Pesca.

Projectos de construção em zonas rurais — Com vista a abreviar o andamento dos processos de pedidos de licença para construção de prédios em zonas rurais, a Câmara deliberou, por maioria, que, de futuro, os referidos processos só deverão dar entrada nos Serviços Técnicos, quando se encontrem instruídos com o parecer da Direcção Regional de Agricultura do Algarve, nos termos do Decreto-Lei n.º 308/79, de 20 de Agosto.

Assembleia da Freguesia de Ameixial — Foi presente o Relatório referente à Sessão Extraordinária da Assembleia em

epígrafe, realizada no dia dois do mês de Fevereiro corrente, no qual dá conhecimento dos nomes dos membros eleitos para a Junta de Freguesia do Ameixial e respectiva Assembleia, e de algumas deficiências verificadas durante o exercício da Junta de Freguesia anterior, factos que motivaram a suspensão imediata de todos os trabalhos da referida Junta e sugerido que fosse instaurado um inquérito à actuação do respectivo presidente e das pessoas que o acompanharam nessas funções. A Câmara tomou conhecimento, declarando a vereadora dr.ª Maria Odete, que, na sequência do que já vinha acontecendo durante o funcionamento da anterior Assembleia Municipal, de que fazia parte, a posição do Grupo do PSD já havia sido posta em causa a actuação do Presidente da Junta do Ameixial, tendo mesmo sido solicitada a abertura de um inquérito àquela actuação.

O vereador Santos Simões declarou que ouviu, no decurso de uma sessão da mencionada Assembleia, o próprio presidente da Junta solicitar que esse inquérito fosse feito.

A vereadora dr.ª Maria Odete, respondendo a isto e pegando nas palavras do vereador Santos Simões, que significavam honestidade por parte do presidente da Junta, disse que, na opinião dela, e como conhecedora do assunto, desde há cerca de três anos aquando da sua presença na Assembleia Municipal, preferia considerar a atitude desse presidente da Junta como irresponsabilidade e não honestidade e a confirmar esta opinião estava a acção desse senhor, que pretendeu adquirir as provas que tanto o CDS como o PPD têm em seu poder.

Edifícios Escolares — Pela vereadora dr.ª Odete Guerreiro foram prestadas informações sobre as diligências efectuadas para compra do terreno destinado à construção da escola de Clareanes, sendo possível optar por 2 terrenos, cujos proprietários estão dispostos a vendê-los.

Universidade do Algarve — Foi aprovada por unanimidade uma proposta da Câmara de Faro de apoio à Comissão Instaladora da Universidade do Algarve e foi também aprovado que no concelho de Loulé se arranjará terreno para a referida Universidade se o Governo tivesse dificuldade em conseguir terreno no concelho de Faro.

Planos de Urbanização — Pelo vereador sr. dr. Mendes Bota foi apresentada a seguinte proposta: — «Tendo em consideração o crime autêntico que se tem perpetrado contra o ter-

ceiro aglomerado urbano do concelho de Loulé, que é Almansil, ao ser-lhe negligenciado um ordenamento urbanístico, e tendo em atenção a existência em estádio de apreciação de projectos de redes de águas e esgotos, cuja não execução imediata está causando gravíssimos problemas àquela população, além da necessidade urgente de disciplinar o surto de construção daquela zona, proponho o seguinte:

«Que a Câmara se debruce sobre o assunto e delibere a colocação a concurso para aceitação de propostas para o Plano Geral de Urbanização de Almancil e respectivo Plano de Pormenor. Bem assim, proceder a concurso público, a adjudicação do Plano Ordenador do Concelho de Loulé, e a concurso restrito, a adjudicação de Planos para as Sedes de Freguesias».

Posta à apreciação e votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, dar a sua aprovação à mesma.

Instalação de Serviços Públicos e Camarários — Por proposta do Vereador senhor Dr. Mendes Bota que deu conhecimento dos contactos havidos com a Direcção de Finanças, com vista a uma comparticipação desta, na construção necessária à instalação em epígrafe, foi deliberado, por unanimidade, mandar proceder ao estudo de aproveitamento da antiga Escola Conde de Ferreira, com vista à construção de imóvel destinado à instalação de Serviços Camarários e Repartição de Finanças e Tesouraria da Fazenda Pública.

Com idêntico fim, foi igualmente deliberado contactar o proprietário do edifício onde funcionam os Serviços da Repartição de Finanças sobre a possível aquisição do prédio, por parte da Câmara.

Sanitários Públicos na cave do Coreto — Por proposta do Vereador senhor Paulo José Lopes, a Câmara deliberou, por unanimidade, encarregar os Serviços Técnicos de procederem ao estudo de aproveitamento da área da parte inferior do Coreto para instalações sanitárias.

LUÍS PONTES

ADVOGADO

Rua D. Paio Peres Correia,

N.º 21 — Telef. 62406

LOULÉ

Ezequiel Rodrigues Neto

Oficina de Reparações
Auto-Mecânica - Bate-Chapa
e Pintura

(Barreiras Brancas)

8100 LOULÉ

(4-4)

VENDE-SE

Uma courela de terra c/ arvoredos no sítio do Concelho — Loulé.

Tratar com Vitória de Sousa Laginha — Arreeiro — LOULÉ.

VENDE-SE

MÁQUINA DEBULHADORA
Marca Tramagal 1,10 m., em bom estado.

Informa José Palma Lourenço — Freixo Seco de Baixo — SALIR. (3-1)

JOGOS SEM FRONTEIRAS

(continuação da pág. 1)

bou, afinal, por colaborar pois «dignou-se» refulgir no início dos Jogos, os quais decorreram sem que voltasse a chover.

Como é evidente, a chuva afastou muito público, mas nem por isso o recinto deixou de se encher.

De realçar que a equipa de jovens algarvios representou muito bem Portugal, conseguindo um 2.º lugar «ex-aequo», com a equipa inglesa e logo a seguir à equipa alemã, conferindo assim (e de longe) a melhor classificação de sempre nas 11 edições dos Jogos sem Fronteiras em que já participámos.

A margem da pontuação, porém, o espectáculo que a RTP

transmitiu para a Europa inteira teve um grande e indiscutível triunfador lusitano: o turismo algarvio — que esta temporada, porventura, muito ficará a dever a hora e meia de promoção internacional que este programa representa.

Não houve o calor que seria de esperar nesta época do ano (apenas se notou o calor humano dos grupos apoiantes) e o sol foi escasso. Contudo, estiveram presentes todos os outros chamados turísticos da privilegiada província do Sul: o mar, as chaminés, a gastronomia e o folclore — com a ideia original de mostrar um corridinho dançado a preceito, no meio da prova mais espectacular.

JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

SECRETARIA NOTARIAL
DE LOULÉ

SEGUNDO CARTÓRIO

Notário: — Licenciada Maria
Odília Simão Cavaco
e Duarte Chagas

Certifico: — para efeitos de publicação que neste Cartório e no Livro n.º B-sessenta e quatro, de Notas para escrituras diversas, lavrada de folhas 33, a folhas 35, v.º, no dia treze do mês corrente, se encontra uma escritura de justificação notarial, na qual Maria Sequeira Eusébio Diogo, viúva, residente na povoação e freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, se declara dona e legítima possuidora, e com exclusão de outrém do seguinte prédio:

Urbano, térreo, destinado a habitação, com três divisões, cozinha, casa de banho, terraço com uma arrecadação, sito na Rua Sacadura Cabral, com o número dezanove de polícia, na dita povoação e freguesia de Quarteira, que confronta do nascente com serventia, do norte com Vitória Jacinto Coelho, poente com Rua Sacadura Cabral e do sul com Joaquim Rita, com o valor matricial de setenta e oito mil e quinhentos e quarenta escudos, a que atribui o valor de cem mil escudos sendo ela justificante, a titular da respectiva inscrição matricial pois está inscrito na respectiva matriz predial sob o número mil oitocentos e sessenta e três.

Que o mesmo está descrito na Conservatória do Registo Predial deste concelho, sob o número seis mil trezentos e oitenta e dois, a folhas dezoito, do Livro B-dezasseis, aí inscrito de aquisição a favor do Conde de Azambuja, pela inscrição número mil cento e dezanove, a folhas cem, verso, do Livro G-dois, conforme consta de uma certidão neste acto apresentada, — porquanto, por escritura lavrada em oito de Julho de mil novecentos e setenta e seis, de folhas 147, v.º a 150 do Livro número B-45, de Notas para Escrituras Diversas deste Cartório, o haver comprado pelo preço de setenta e dois mil escudos, a Silvina da Conceição Eusébio, solteira,

residente na dita povoação de Quarteira, que por sua vez, havia comprado dois terços indivisos do aludido prédio a José Eusébio e mulher Maria da Conceição Amador e a Joaquim Eusébio e mulher Rosalina Maria Aleixo, casados segundo o regime da comunhão geral de bens, residentes na aludida povoação, pelo preço de setecentos escudos, conforme escritura de sete de Março de mil novecentos e quarenta e dois de folhas 19, v.º a 21 v.º, do Livro número 96 de notas para actos e contratos de valor não superior a mil escudos excepto partilhas, da antiga secção desta Secretaria, actual Segundo Cartório, sendo ela então compradora a titular de um terço do mesmo prédio, então inscrito na matriz predial competente, sob o artigo número quatrocentos e cinquenta e sete. — Que o mesmo pertencia aos referidos José Eusébio, e Joaquim Eusébio e Silvina da Conceição ou Silvina da Conceição Eusébio, por lhes haver sido adjudicada na partilha efectuada por óbito de seus pais Maria Gertrudes Rolita e marido José Eusébio, casados no aludido regime de bens, naturais da freguesia de São Sebastião, concelho de Loulé, residentes na aludida povoação de Quarteira, em data que não sabem precisar do ano de mil novecentos e trinta, desconhecendo igualmente o Cartório Notarial onde a mesma escritura foi lavrada, e sabe que seus avós os aludidos Maria Gertrudes Rolita e José Eusébio, haviam adquirido aquele prédio, por compra efectuada ao Conde de Azambuja, pelo preço de mil escudos, em data que não pode precisar do ano de mil novecentos e vinte, desconhecendo também o Cartório onde aquele acto foi lavrado, apesar de todos os esforços envidados, no sentido de obter os citados títulos e — que em face do exposto não lhe é possível comprovar o seu direito de propriedade plena sobre o referido prédio, pelos meios normais extrajudiciais.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 22 de Maio de 1980.

A Notária,

Maria Odília Simão Cavaco
e Duarte Chagas

T.R. Lisboa & Filhos

Fornecedores de FOGOS DE ARTIFÍCIO para:

ROMARIAS — ARRAIAIS — PROCISSÕES
E RECEPÇÕES

Recentes novidades em Foguetões Artísticos,
Artilharia, Presos e Aquáticos

IMPECÁVEL FABRICO, COM GARANTIA
ASSEGUADA

Grande sortido em bombinhas e Bichas de Rabiari
e velverdes chuva de prata para os Santos Populares

Telefone 42284

VILARINHOS — S. BRÁS DE ALPORTEL

Foram vendidos em leilão os bens de equipamento das oficinas do «Diário do Alentejo»

(Continuação da pag. 1) pagamento aos trabalhadores, mais uns tantos milhares...

Assim se ia rezando sentença de morte de um prestigiado jornal com 48 anos de existência, duma empresa que fora próspera e ocupava mais de 50 trabalhadores!

E por detrás de tudo isto, um sinistro movimento de «solidariedade», em defesa das liberdades democráticas, em defesa da Revolução, em defesa da classe trabalhadora, etc., etc. (A canção da cassete).

E nós podemos escrever isto porque acompanhámos o que lá se passou e até sentimos os reflexos de atitudes paradoxais, pois «A Voz de Loulé», até Julho de 1975, ainda era composta e impressa nas oficinas do «Diário do Alentejo» e pudemos constatar que, ao mesmo tempo que era amaldiçoada a censura imposta pelo regime «fascista» de Salazar, já nós próprios estávamos sendo vítimas de uma nova e sinistra e injustificada censura dos trabalhadores a quem confiámos a composição e impressão do nosso jornal, o qual deixou de ser feito naquelas oficinas por aí ser considerado muito «reaccionário».

Nessa altura foi-nos comunicado telefonicamente por um elemento de luta das célebres «Comissões de Trabalhadores» que determinados artigos não podiam sair. Nós, muito democraticamente, aceitámos mas, no dia 30 de Julho de 1975, escrevemos a seguinte e satírica carta à Comissão de Trabalhadores: «Serve a presente para lhes pedir desculpa de ter abusado da Liberdade de Imprensa que

em tão infeliz hora foi concedida aos portugueses.

Realmente eu estava a esquecer-me que há uma Lei que responsabiliza o director por aquilo que escreve, mas como vivemos no «País mais livre do Mundo», os meus amigos têm agora as mais amplas liberdades para tirarem desse número de «A Voz de Loulé» os artigos cuja doutrina não lhes agrada, substituindo-os pelos originais que junto».

Os nossos artigos focavam problemas de saúde e acidentes no trabalho, mas mesmo assim esse número do jornal já não foi publicado... apesar de já estarem 2 páginas impressas (apenas numa das faces do papel!). Em Loulé também encontramos dificuldades e por isso o nosso jornal passou a ser composto e impresso na «Gráfica Editora», em Rio Maior, nessa altura considerado como centro de resistência a uma nova e feroz ditadura que nos quiseram inculcar... em nome das «mais amplas liberdades democráticas».

Entretanto a situação na empresa «Carlos Marques», proprietária do «Diário do Alentejo» degradava-se cada vez mais e, há dias, deslocámo-nos a Beja para assistirmos à venda em leilão dos bens de equipamento daquilo que foi (ao que julgamos) a maior empresa gráfica do Alentejo. Foi com profunda tristeza que participamos no desmembramento de um conjunto de máquinas há muito tempo paradas e outros bens de equipamento, que assim se dispersaram pelo País, conforme as necessidades dos compradores.

Alguns trabalhadores ficaram pesados pelo contributo que voluntária e ingenuamente deram para afundar a empresa onde trabalhavam. Outros ficaram indiferentes porque... passam a ganhar pelo Fundo do Desemprego. Para outros, há um novo raio de esperança... porque o «Diário do Alentejo» vai continuar... pela mão dos comunistas. E possivelmente vai mesmo continuar porque as Câmaras de Beja, Cuba e Vidigueira compraram por largas centenas de contos, o equipamento indispensável à confecção do «Diário do Alentejo», e cujo título foi leiloadado (e arrematado) por 140 contos.

É portanto natural que, dentro de pouco tempo, os comunistas alentejanos tenham de novo um lugar na imprensa regional com mais uma voz ao seu serviço.

«LIOL — Empresa de Construções, Lda.»

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de hoje, lavrada de fls. 147 a 149, v.º, do livro n.º B-114, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída entre Manuel Couvreur de Oliveira e José Francisco Lisboa, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

Primeiro — A sociedade adopta a denominação de «LiOL — Empresa de Construções, Limitada», e tem a sua sede no sítio de Ferrarias, Estrada de Acesso a Vale do Lobo, freguesia de Almansil, concelho de Loulé.

Parágrafo único — A sede social poderá ser transferida para qualquer outro local, por deliberação da Assembleia Geral.

Segundo — O objecto social consiste no exercício da indústria da construção civil, na comercialização de imóveis construídos, ou não, na compra e venda de imóveis, ou no exercício de quaisquer outras actividades a que a sociedade, mediante deliberação prévia da Assembleia Geral, resolva dedicar-se, e que a lei permita.

Terceiro — A duração da sociedade é por tempo indeterminado, contando-se desde hoje o seu início.

Quarto — O capital social é de duzentos mil escudos, encontrando-se integralmente realizado em dinheiro, já entrado na Caixa Social, e corresponde à soma das quotas dos sócios, que são as seguintes:

Uma de cem mil escudos, pertencente ao sócio Manuel Couvreur de Oliveira; — outra de idêntico montante pertencente ao sócio José Francisco Lisboa.

Quinto — A cessão de quotas entre os sócios é livre, mas a cessão a estranhos depende da autorização da sociedade, que terá direito de opção na compra da quota que se pretenda transacionar; esta autorização deverá ser pedida por carta, indicando o preço e outras condições de venda, o nome e o domicílio do comprador, devendo a sociedade comunicar a sua decisão ao cedente no prazo de trinta dias. Tal direito de opção caberá em segundo lugar aos sócios, que, havendo mais de um interessado procederão ao rateio da quota entre si, na proporção do valor das quotas que já possuírem.

Sexto — Tem a sociedade o direito de adquirir quotas e, bem assim, o poder de amortizá-las nos casos seguintes:

1) Por acordo com os respectivos proprietários;

2) Quando se haja feito penhora ou arresto sobre uma quota ou quando, por qualquer outro motivo, deva proceder-se à sua arrematação ou adjudicação judicial;

3) No caso de o sócio que pretender ceder a sua quota não cumprir o disposto no artigo anterior.

Sétimo — Salvo acordo em contrário, o preço da amortização será o nominal da quota, acrescido ou diminuído da diferença do valor que resultar de um balanço a que se procederá para esse efeito, e no qual entrarão os bens sociais pelo seu justo valor.

Parágrafo único — Considerar-se-á realizada a amortização, quer pela outorga da respectiva escritura, quer pelo pagamento ou consignação em depósito do preço.

Oitavo — Fica expressamente permitida a divisão de quotas entre herdeiros de sócios como convierem entre si e for de direito, mas enquanto a quota estiver indivisa ou não for adjudicada a um único herdeiro, somente poderão os respectivos direitos ser exercidos em comum por um só dos herdeiros do sócio falecido que entre si eles escolham.

ros do sócio falecido que entre si eles escolham.

Nono — A gerência dispensada de caução poderá ser exercida por qualquer pessoa eleita em Assembleia Geral, até ao número máximo de três, e a sociedade ficará obrigada pela assinatura de dois gerentes nomeados.

Décimo — Os gerentes terão os mais amplos poderes permitidos legalmente para gerir os negócios e representar a sociedade.

Décimo Primeiro — A Assembleia Geral será convocada pela gerência ou mediante pedido que a esta seja feito por qualquer sócio proprietário de uma quota que represente no mínimo dez por cento de capital social, por carta dos sócios com quinze dias de antecedência, a qual indicará a ordem de trabalhos da reunião, podendo qualquer dos sócios fazer-se representar, mediante procuração para esse efeito, desde que a lei não exija outras formalidades.

Décimo segundo — Os lucros líquidos apurados, deduzida a percentagem legal para o fundo de reserva legal, serão divididos, conforme proposta da gerência e aprovação da Assembleia Geral, na proporção das quotas dos sócios.

Décimo terceiro — Os exercícios sociais corresponderão aos anos civis.

Décimo quarto — Dissolvida a sociedade, serão liquidatários os sócios, que procederão à liquidação e partilha, de harmonia com o deliberado em Assembleia Geral.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 23 de Maio de 1980.

O 2.º Ajudante,
Fernanda Fontes Santana

COZINHEIRO - Oferece-se

Com muita prática.
Informa Telef. 62995 — LOULÉ.

AGÊNCIA VÍTOR

FUNERAIS
E TRASLADAÇÕES

Serviço Internacional
Telefones 62404-63282
LOULÉ — ALGARVE

VENDEM-SE

Apartamentos de 3 assoalhadas em FARO ou trocam-se pelos de praias.

Trata: Manuel Bota Filipe Viegas — Vale d'Éguas — ALMANCIL — Telef. 94115.

PROPRIEDADES

VENDEM-SE

Nos arredores de Loulé, uma delas dentro do plano de urbanização já aprovado.

Tem arvoredos, predominando a amendoeira e a alfarrobeira.

Tratar na Rua Condestável D. Nuno Álvares Pereira, n.º 3 — LOULÉ.

ALUGA-SE

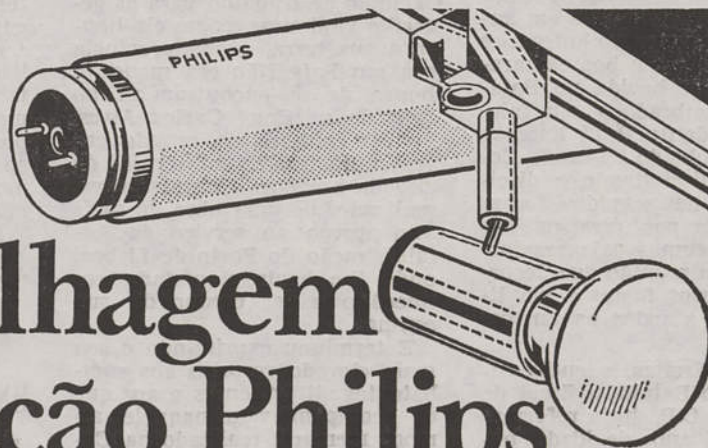
ARMAZÉM

Com 136 m2, com montra, a 300 m da Av. Costa Mea-lha, na Rua Frei Joaquim de Loulé, 12 — LOULÉ.

Informa no próprio local.

(4-3)

Lâmpadas e toda a aparelhagem de iluminação Philips



Visite as
NOVAS INSTALAÇÕES

Estabelecimentos

jomeluz



COMÉRCIO DE ARTIGOS ELÉTRICOS, LDA.

Rua Dr. Justino Cúmano, 13
Telefone 24432 - 24021 - 26018
8000 FARO

Os que restam dos antigos combatentes do Batalhão de Sapadores de Caminhos de Ferro «SEMPRE FIXE»

Comemoraram a 6 de Maio o 61.º aniversário do seu regresso de França, quando da Grande Guerra de 1914/18, e fizeram-no com a melhor das satisfações, utilizando para o efeito, em Lisboa, o amplo salão da Casa Regional do Algarve, num almoço que foi o 38.º duma saudável como memorável confraternização.

Assim, ali estiveram, onze dos antigos e dedicados oficiais, sargentos, cabos e soldados, dos que lá longe nas plagas de França denodadamente derramaram o seu sangue por Portugal que defenderam com inusitado brío, bravura, sacrifício e honra, das arremetidas dos teutões.

Foram no entanto quinze os convivas que compareceram ao ágape na conceituada Casa Regional e, foram-no, por haver entre os idosos e ainda que pareça um paradoxo, saudosos combatentes ali presentes, dois senhores oficiais superiores, que serviram no Batalhão antes da sua inesperada e talvez injustificada supressão, logo após o 25 de Abril, mais o Senhor Presidente da Casa do Algarve e, também um jornalista que actua em jornais regionais.

A confraternização decorreu pois num simpático ambiente de profunda, afectiva e agradável boa disposição, recordando os 37 anteriores almoços com a sempre pronta participação dos combatentes ao longo dos anos, e, agora somente os mais idosos que ainda restam, e que amavelmente, mais uma vez, recordaram sentidamente os momentos maus como também os bons, que também os houve, enquanto serviram, e bem assim, os perigos que enfrentaram com estoicismo, nas lamacentas, mexidas e remexidas terras de França, adubada com o sangue generoso dos que nelas o verteram e onde ficaram muitos dos seus saudosos camaradas ali perecidos em holocausto à ameaçada unidade e liberdade do homem, e que ainda hoje, 61 anos depois, com outra guerra de perigo, continua a ser quase um mito.

Presidiu ao repasto o então alferes do batalhão em França, Sr. Eng.º João Carlos Alves, ladeado por um lado pelo Sr. Joaquim António Nunes, ilustre Presidente da Casa do Algarve e o então Sargento, hoje Ferrovário Reformado, Sr. José Joaquim Bandeira Vaz, e, pelo outro pelo, então cabo, hoje Chefe de Serviços da C.P. aposentado, Sr. João dos Santos Camarinhas e pelo coronel Sr. Eng.º Manuel Lourenço Trindade Sobral.

Não se pronunciaram discursos e sim apenas palavras de recordação, não só de França mas também do passado em anteriores almoços, lembraram-se os bons amigos e a boa camaradagem sempre havida no Batalhão, foi lembrado o seu falecido comandante Raul Esteves, como bom soldado e grande Comandante, disciplinado e disciplinador, e de seguida foram pronunciadas por diversos dos presentes algumas palavras justificativas da reunião que decorria e de vários factos a ela ligados como a todas as antecedentes.

Pedro de Freitas, o então cabo-clarim do Batalhão, fiscal de revisores da C.P., hoje reformado e com 85 anos de idade, publicista e jornalista, foi quem primeiro falou para propôr um minuto de silêncio em memória dos que pereceram neste longo intervalo de 61 anos, minuto que de pé, foi sentidamente guardado.

Depois foi a vez do Sr. Coronel Manuel Lourenço Trindade Sobral para lembrar que tendo servido no Batalhão foi encontrar ainda latente o verdadeiro sentido de entendimento entre os seus servidores, uma boa camaradagem, disciplina íntegra, e o orgulho da sua divisa

de «Sempre Fixe». Por isso ainda que não combatente se sentia bem naquela reunião em que os velhos combatentes confraternizavam e recordavam.

O Brigadeiro Sr. Alexandre Nobre dos Santos, disse também encontrar-se satisfeito no meio de velhos soldados ali recordando tempos passados, e porque também havia servido o Batalhão, lembrava agora o sentido de bem servir que ali fora encontrar pelo que agradecia inteiramente o convite recebido, que era como que confirmativo da velha unidade de sempre, que verificava ali, unia, homens dos mais diversos escalões da vida a quem o memorar factos vívidos e a afectividade ali reunia.

Pedro de Freitas começou por agradecer ao Sr. Presidente da Casa do Algarve pela rápida aquiescência em ceder o Salão da Casa que dirige para nela ter lugar, como estava tendo, o 38.º almoço dos antigos combatentes do Batalhão de Sapadores de Caminhos de Ferro, e também a gentileza de a ele comparecer, lembrando idênticamente outras facilidades concedidas anteriormente para outras iniciativas suas.

Agradeceu também a presença do Sr. Eng.º Carlos Alves e a sua aceitação para presidir ao repasto, lembrando tempos passados, como o primeiro almoço efectuado em Cascais a que compareceram, então trezentos e tantos combatentes, em que a juventude ainda então imperava e agora nos idosos que haviam conseguido ali estar, a decrepitude era a lei da vida a impôr-se. Lembrou ainda a extinção do Batalhão que em França tantos louros havia colhido, o reconhecimento pelos ingleses desse mérito e a que agora uma simples penada era o termo, tinha reduzido ao nada.

Disse da sua satisfação em ver ali o Sr. Brigadeiro Nobre dos Santos, recordando a personalidade de sua mãe que havia sido a sua professora das primeiras letras e que era uma competência por todos então reconhecida e ali recordava sentidamente.

O Sr. Presidente da Casa do Algarve manifestou a satisfação e a honra de ali se encontrar devido ao convite que lhe fora dirigido pelo seu comprovinciano Pedro de Freitas, que considerava um símbolo de uma vontade de «querer e poder». Ferrovário de profissão quiz ser mais e foi; e foi também músico, compositor, mestre, organizador de bandas, escritor, investigador e cidadão ímpetuoso. Por isso de todos merece a nossa consideração e estima. A sua obra como autodidata é um exemplo de trabalho para as gerações vindouras e com ela honra a sua terra, a sua província e o seu País. Não era menor a honra de se encontrar ali ao lado do Sr. Eng.º Carlos Alves, homem público de grande envergadura intelectual, técnico de elevada craveira administrativa, realizador de uma obra do mais alto apreço ao serviço da Administração do Porto de Lisboa, onde lhe havia sido dado conhecê-lo e ser credor da sua estima.

E terminou exprimindo o seu mais elevado respeito aos combatentes ali presentes e aos que os acompanhavam naquele almoço memorial realizado na Casa Regional que tinha a honra de dirigir.

Fechou o ciclo das palavras alusivas ao almoço que decorria o Sr. Eng.º Carlos Alves, recordatórias de um passado já distante, mas sempre presente na memória dos que o viveram, lembrando o presente e a vivência dos almoços anteriores, agradecendo as palavras de consideração e estima que lhe haviam sido dirigidas, mas de que, afirmou, não se considerava merecedor.

De seguida recordou Pedro de

Freitas o homem sempre activo, o seu querer e a sua força de vontade, e de ter querido e o de ter conseguido chegar onde chegou, muito além do que havia vaticinado quando da sua profecia em França ao ler uma carta por ele endereçada para Portugal.

Tal como já ali havia ouvido dizer também era de opinião dos almoços deverem continuar enquanto houvessem dois dos que restassem vindos da grande conflagração, tal como aliás a ideia inicial. Por isso a todos saudava até para o ano ainda que a sua idade, 90 anos, já não permitisse grandes delongas.

Falou ainda na extinção do Batalhão tão bem comentada por Pedro de Freitas num seu artigo, sendo mesmo o único que o havia feito sentido e saudosamente como era seu timbre.

E numa lembrança saudosista Pedro de Freitas terminou por lembrar que o quarto almoço do Batalhão se havia realizado em Loulé, sua terra natal, que havia recebido o Batalhão com todas as honras e ali se encontrava comemorado numa lápide dando a um dos largos da Vila o seu nome.

Disse ainda que os que ali se encontravam eram de idades compreendidas entre os 85 e os 90 anos e que era de considerar.

E assim terminou o 38.º almoço dos combatentes do Batalhão de Sapadores de Caminhos de Ferro ali comemorado, sendo dadas, em síntese, as palavras durante ele proferidas.

M. J. VAZ

Comunicado do Governo Civil de Faro Jogos sem Fronteiras

1. Desde o início que o Governador Civil manifestou claramente a importância da realização dos Jogos Sem Fronteiras no Algarve, sobretudo pelas enormes implicações e vantagens que, quer no turismo quer noutros aspectos, poderiam trazer no futuro, perante a extraordinária divulgação provocada em toda a Europa, de uma região hospitaleira de rara beleza e diversidade de paisagem;

2. Claro que para se retirar o máximo de vantagens seria indispensável que tudo corresse com o maior brilho e daí, que se tivesse, desde o início, procurado garantir o maior apoio possível e prestado toda a colaboração com vista a facilitar a tarefa dos que mais directamente estivessem envolvidos na máquina organizativa e viveram intensamente todos os pormenores;

3. Realizados que foram os

Jogos com uma organização, beleza e interesse que se podem considerar exemplares e que muito dignificaram o Algarve e Portugal justo é que como Governador Civil, dê público elogio e parabéns às seguintes entidades: Rádio Televisão Portuguesa; Comissão Regional de Turismo; Forças de Segurança; Câmara Municipal de Loulé e demais Câmaras que colaboraram na parte Social dos Jogos; Administração da Lusotur; Bombeiros; equipas participantes, em especial a equipa portuguesa pelo brilhante 2.º lugar alcançado; público e todos os que de uma forma ou outra tornaram possível uma realização justamente considerada das melhores até hoje no género.

Bem hajam pelo serviço prestado.

O Governador Civil,
José Adriano Gago Vitorino

Jornalistas brasileiros visitam o Algarve

Numa promoção da Delegação de Turismo de Portugal no Brasil e dos TAP — Air Portugal, com a colaboração da Comissão Regional de Turismo do Algarve, esteve alguns dias na província do Sul, um grupo de jornalistas brasileiros ligados a conhecidos órgãos da Comunicação Social daquele País, entre os quais «Vogue», de São Paulo; «Globo» — Coluna Swan; «Globo» — Vogue; «Manchete

— Fados e Fotos», «Folha da Tarde», de Porto Alegre; «Estado de Minas», de Belo Horizonte; «Jornal do Comércio», de Recife; «Jornal da Bahia», de Salvador, etc.

O objectivo desta visita foi a promoção turística do Algarve no Brasil, preparando uma «Noite Algarvia», que se efectuará na «Regin's», uma das mais conhecidas discotecas do Rio de Janeiro.

Panorama Económico-Social

— De tudo um pouco (Miscelânea)

No meio da difícil situação económica que atravessa o país, como consequência dos efeitos de outras situações, — herdadas umas e criadas outras, por um esquecimento total da problemática económica do país — precisamente, sacrificada ao puramente político, — surge, de maneira desenfreada, a forte crise económica-social que irrompe, à escala internacional: — ao cabo destes últimos anos, — tem penetrado de forma especial, particularmente no nosso País. A agravar tal situação, ainda se passa a desagradável coincidência de que esta forte crise, se veja acompanhada de um grande mal-estar, — como causa de aumentos de preços que se têm registado e até hoje desconhecidos.

Alguns países mais industrializados que também experimentaram tal situação, — posteriormente, foram dominando a sua posição. — Infelizmente, no nosso caso, não somente, a não temos dominado, — senão que vamos de mal a pior!

A causa de esta degradação

— de tal situação, talvez se deva, à política económica seguida até agora, pelos vários Governos, que não se têm decidido por um programa de saneamento a fundo, isto é, a motivação de um plano de estabilização e de austeridade.

Desafortunadamente, o que se pretendeu foi uma reacção selectiva que não atentasse contra a estabilidade dos preços, — mas na prática, vimos que não se conseguiu, nem uma coisa, nem outra, e, — sim, ao contrário; a actividade económica, foi claramente abaixo e o aumento dos preços se aproveitou da situação, produzindo a chamada «carestia» e, assim, ficamos nesta incerta posição.

Deste modo, a atitude dos Estados Modernos, geralmente passiva e subsidiária em questões de economia, — se torna activa e directa, quando trata de regular equilíbrios globais e de instrumentar a competência em cada sector de actividade. — Também caracteriza o Estado a sua política económica, quando trata de suplantando de-

cisões empresariais, pretende dirigi-las com ambição e, subordina toda a iniciativa, — a autorizações arbitrárias.

— Este caminho reduna numa apatia, — quando não, numa autêntica corrupção.

A verdadeira missão económica do Estado, — se pode desenvolver num plano muito mais nobre e eficaz, — como: estudar, conceber, experimentar, aplicar e adaptar a cada sector de actividade, as regras a observar e de competência que conduzam a uma melhor gestão do bem comum e que contribuam à criação de riqueza e estimule ao máximo a produtividade.

— Em suma, desenvolver todas as energias competitivas que o país possua e fazer com que estas intervenham, realmente e com toda a possibilidade, na representação do futuro económico. — Ainda, em matéria económica, a competência não só incide na esfera económica, como factor essencial para a boa gestão de um negócio e, transplantada ao plano Político, se configura, como um dos fundamentos principais da Democracia, pois a missão mais destacada de um Estado moderno, reside em conceber, estabelecer, fomentar e sustentar as normas de competência em todas as formas e fontes de actividade humana. No campo económico, porque quanto melhor se ajustem as estruturas, — o princípio de competência, tanto maior será a sua aptidão, para a criação de riqueza, pois entra a liberdade de iniciativa, responsabilidade, eliminação de fraudes, convénios e privilégios monopolísticos, informação e protecção dos indivíduos, contra todo o tipo de calamidades, e, de uma igualdade de trato e de oportunidades.

VRSA = 20380 — C. G. P.

Para o Verão que se aproxima está garantido o abastecimento de pão em Loulé

Com a apromiação da época balnear, já começou a notar-se uma maior afluência de turistas a Loulé e Quarteira, o que tem sempre grande reflexo numa maior procura de pão e consequência demora junto aos respectivos postos de venda. Podemos informar que os industriais de Loulé estão atentos a esse problema e que já se capacitaram para elevar a sua

produção a níveis compatíveis com uma maior procura.

Estão neste caso a conhecida «Loulepão», que tem em pleno funcionamento uma grande unidade automática de produção contínua e a Sociedade de Padarias Senhora da Piedade, que também funciona em amplas e modernas instalações e tem agora como gerente o nosso prezado amigo sr. Eugénio Fonseca, ex-sócio da «Loulepão».